



“Educação como prática de Liberdade”:  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9395 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

A formação de educadores como espaço de reflexão sobre as concepções que fundamentam o trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo nas escolas comuns

Cibele Moreira Monteiro - UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO

Ana Paula de Freitas - USF - Universidade de São Francisco

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

## **A FORMAÇÃO DE EDUCADORES COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO SOBRE AS CONCEPÇÕES QUE FUNDAMENTAM O TRABALHO COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO DO AUTISMO NAS ESCOLAS COMUNS**

**Resumo:** A inclusão escolar dos alunos considerados público da educação especial, em geral, não tem resultado na garantia de oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento. Para modificar esse cenário, é essencial que se oportunizem espaços formativos para os educadores. Por isso, desenvolvemos uma pesquisa-formação com os objetivos de identificar concepções que têm fundamentado o trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo nas escolas comuns e de analisar o processo de reflexão de educadores a respeito dessas concepções. Realizamos encontros formativos embasados na escrita e no compartilhamento de narrativas autobiográficas com 29 educadores de uma escola estadual de educação básica de Minas Gerais. Analisando os dados com base no paradigma indiciário, inferimos que a concepção de escola como instituição disciplinadora e normativa e a concepção de deficiência embasada no modelo médico têm fundamentado muitas práticas escolares. Também identificamos indícios de que encontros de formação desenvolvidos por meio do trabalho com narrativas autobiográficas mobilizam os educadores a refletir sobre diferentes concepções de escola e de deficiência. Desse modo, eles têm a oportunidade de ressignificar suas vivências e de considerar novas possibilidades de atuação no contexto escolar.

**Palavras-chave:** Educação especial. Educação inclusiva. Transtorno do espectro do autismo. Formação de educadores. Narrativas autobiográficas.

### **Introdução**

Na história da educação das pessoas com deficiência no Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é considerada um marco importante por ter estabelecido, como um de seus objetivos, garantir aos alunos considerados público da educação especial o “acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e

continuidade nos níveis mais elevados do ensino” (BRASIL, 2008, p. 14). No entanto, esse objetivo ainda não foi plenamente atingido. Muitas escolas têm garantido vagas para os alunos com deficiência[1] sem proporcionar a eles oportunidades efetivas de participação nas atividades e de aprendizagem (DAINEZ; FREITAS, 2018).

Para que o trabalho desenvolvido no contexto escolar possa ser modificado, é necessário que ocorram mudanças nas concepções que o fundamentam. Por isso, é essencial que sejam oferecidas aos educadores oportunidades de tomada de consciência dos modos de pensar que têm orientado suas ações e de reflexão sobre outras possibilidades de significar os fatos.

A importância de os profissionais da educação poderem repensar suas concepções e, conseqüentemente, seu modo de trabalho é realçada quando se analisa a inclusão de alunos com transtorno do espectro do autismo (TEA) nas escolas comuns. Esses alunos “desafiam, justamente, as normas de comportamento, os modos de aprender e de se comunicar convencionais, sobre os quais se assentam, de forma explícita ou tácita, as políticas e práticas de educação” (LAPLANE, 2018, p. 115). Portanto, a inclusão escolar de alunos com TEA exige que os educadores repensem a maneira como a escola está organizada e como o trabalho pedagógico é desenvolvido.

Por isso, realizamos uma pesquisa com os objetivos de identificar concepções que têm fundamentado o trabalho com alunos com TEA nas escolas comuns e de analisar o processo de reflexão de educadores a respeito dessas concepções por meio da participação em encontros formativos embasados na escrita e no compartilhamento de narrativas autobiográficas.

## **Metodologia**

Este trabalho constitui parte de uma pesquisa de doutorado[2] caracterizada como pesquisa-formação. Essa modalidade de pesquisa fundamenta-se em uma perspectiva não apenas investigativa, mas também formativa, possibilitando aos participantes e ao pesquisador-formador a ressignificação de suas vivências e a reinvenção de si (JOSSO, 2004, 2010).

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisadora-formadora realizou encontros de formação embasados no trabalho com narrativas autobiográficas (PASSEGGI, 2010) com educadores de uma escola estadual de educação básica de Minas Gerais. Participaram dos encontros 29 profissionais: 22 professores dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio; duas professoras para o ensino do uso da biblioteca (profissionais que atuam na biblioteca escolar); a professora de atendimento educacional especializado responsável pela sala de recursos; a orientadora educacional; a supervisora pedagógica; a vice-diretora e a diretora da escola. Para facilitar a interação entre os participantes, eles foram divididos em dois grupos.

Com cada grupo, a pesquisadora-formadora realizou, no segundo semestre de 2020, dez encontros quinzenais por meio da plataforma *on-line Google Meet*, tendo cada um dos encontros a duração de 90 minutos. O tema central da atividade formativa foi o trabalho desenvolvido na escola com os alunos com TEA.

No final do primeiro encontro, a pesquisadora-formadora solicitou que cada educador escrevesse uma narrativa autobiográfica relatando uma situação vivenciada com um aluno com TEA. Ao longo dos demais encontros, os textos foram compartilhados com o grupo.

Após cada educador ler sua narrativa, foram desenvolvidas reflexões coletivas das quais todos podiam participar, expondo suas ideias e suas emoções em relação ao que havia sido relatado ou narrando oralmente outras vivências que, de alguma forma, se relacionavam ao texto lido.

Após a transcrição das gravações de todos os encontros formativos, analisamos os dados com base no paradigma indiciário (GINZBURG, 1989), o qual propõe uma investigação semiótica, de caráter interpretativo, embasada em pistas, sinais ou inferências.

### **A reflexão sobre as concepções que fundamentam o trabalho com alunos com transtorno do espectro do autismo**

No segundo encontro formativo, Aline [3], orientadora educacional da escola, narrou uma de suas vivências com um menino com TEA que havia sido seu aluno na época em que ela atuava como professora dos anos iniciais do ensino fundamental em outra instituição escolar. Adilson, professor de Biologia, ao comentar a narrativa de Aline, disse que lhe chamou a atenção “o comportamento da criança, o comportamento acelerado demais, agitado demais”. Em seguida, ele acrescentou que “a gente fica incomodado com isso”.

A partir dessas afirmações, a pesquisadora-formadora propôs ao grupo que refletisse sobre os motivos pelos quais esse comportamento provoca incômodo. Durante a reflexão, os educadores realçaram a busca de comportamentos adequados aos padrões impostos pela sociedade e a dificuldade dos professores para lidar com as diferenças dos alunos dentro da sala de aula.

A análise do que foi dito pelos participantes permite inferir que o trabalho desenvolvido na escola é, frequentemente, pautado na busca da normalização dos alunos. Trata-se de uma atuação fundamentada na concepção de escola como instituição disciplinadora e normativa (LAPLANE, 2018).

No contexto da escolarização de alunos público da educação especial, essa visão de escola é comumente associada à concepção de deficiência embasada no modelo médico, a qual atribui “um sentido negativo às diferenças fisiológicas, morfológicas e/ou funcionais, em razão de uma normatividade conceitualmente estabelecida” (BISOL; PEGORINI; VALENTINI, 2017, p. 93). Essa concepção de deficiência desconsidera que a norma, como afirma Veiga-Neto (2011), é um conceito construído – portanto, não natural – que permite a comparação entre os indivíduos.

Nas reflexões desenvolvidas com os educadores, a pesquisadora-formadora apresentou a compreensão de norma como construção social e Felicidade, diretora da escola, realçou a importância de todos analisarem os preconceitos dos quais se apropriam sem se tornarem conscientes do que os fundamenta. Em seguida, Letícia, professora de Educação Física, destacou que, embora seja mais fácil trabalhar de maneira padronizada, os professores deveriam usar estratégias diferentes observando e respeitando as particularidades de cada aluno.

A partir das falas dessas participantes, o grupo pôde pensar em outros modos de significar a escola e a deficiência. Dessa maneira, foi possível refletir sobre a importância de a escola ter como objetivo educar, e não disciplinar, e de a pessoa com deficiência ser compreendida, como propõe Vygotski (1997), em sua totalidade, considerando-se os diversos fatores que a constituem. Esse modo de compreender o indivíduo implica o afastamento em relação à concepção que enfoca a natureza biológica da deficiência e, com base nisso, propõe

ações que visam à reabilitação.

No âmbito escolar, para propiciar esse distanciamento, é necessário um trabalho cuidadoso de reflexão, uma vez que muitos educadores já se apropriaram dessa concepção sem se tornarem conscientes dos prejuízos que práticas pedagógicas orientadas por ela, tais como o empobrecimento curricular e a proposição de tarefas repetitivas e descontextualizadas, podem acarretar ao processo de escolarização dos alunos com deficiência.

Encontramos indícios da apropriação dessa concepção nas narrativas em que os educadores se referiam ao fato de alguns alunos com TEA tomarem remédio para terem sua agitação e agressividade controladas sem apresentarem nenhuma reflexão ou questionamento em relação à necessidade, aos propósitos e às consequências da medicação. Como afirmam Santos e Oliveira (2013, p. 48), a visão clínica, de enfoque biológico, projeta a ideia de que os estudantes com TEA “necessitam de intervenções ‘curativas’ às suas deficiências”.

Após os educadores lerem essas narrativas, a pesquisadora-formadora apresentou questões relativas à medicação dos alunos para que o grupo refletisse sobre elas. Durante a reflexão, alguns participantes relataram que havia alunos com TEA que, ao tomarem remédio, deixavam de ter um comportamento que incomodava os professores e os colegas, mas tornavam-se completamente apáticos, sem envolvimento com as atividades escolares. Esses relatos contribuíram para que o grupo pudesse pensar sobre quais devem ser as finalidades da inclusão dos alunos com TEA nas escolas comuns.

### **Considerações finais**

Por meio da análise das narrativas escritas pelos educadores e das falas apresentadas por eles durante os encontros formativos, identificamos indícios de que o trabalho desenvolvido no contexto escolar muitas vezes está fundamentado na concepção de escola como instituição disciplinadora e normativa e na concepção de deficiência embasada no modelo médico. Essas concepções, por não respeitarem as particularidades de cada indivíduo, têm impactos negativos no processo de escolarização dos alunos com TEA. Por isso, é necessário proporcionar aos educadores oportunidades de reflexão sobre os modos de pensar que têm fundamentado suas ações.

A análise dos encontros formativos permite-nos inferir que o trabalho com narrativas autobiográficas pode contribuir para esse processo reflexivo, uma vez que as narrativas mobilizam os participantes a expressarem diferentes modos de significar os fatos (FREITAS, 2019). A partir do excedente da visão dos outros (BAKHTIN, 1997), cada educador tem a oportunidade de refletir sobre as concepções que têm fundamentado seu fazer pedagógico, podendo reelaborar seus modos de pensar e de agir.

### **Referências**

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BISOL, Cláudia Alquati; PEGORINI, Nicole Naji; VALENTINI, Carla Beatris. Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social. **Cadernos de Pesquisa**, São

Luís, v. 24, n. 1, p. 87-100, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/6804/436>  
Acesso em: 8 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em: 21 maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm). Acesso em: 21 maio 2021.

DAINEZ, Débora; FREITAS, Ana Paula de. Concepção de educação social em Vigotski: apontamentos para o processo de escolarização de crianças com deficiência. **Horizontes**, Itatiba, v. 36, n. 3, p. 145-156, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizonres/article/view/685/328>. Acesso em: 24 maio 2021.

FREITAS, Ana Paula de. A narrativa (auto)biográfica como meio/modo de elaboração de conhecimento de alunas de Pedagogia no contexto da educação inclusiva. *In*: BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho (org.). **Narrativas e psicologia da educação: pesquisa e formação**. São Paulo: Terracota, 2019. p. 43-66.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. **Caminhar para si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Confrontando a norma: modos de participação de crianças com transtorno do espectro do autismo na escola. **Horizontes**, Itatiba, v. 36, n. 3, p. 111-120, set./dez. 2018. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/709/308>. Acesso em: 24 maio 2021.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrar é humano! Autobiografar é um processo

civilizatório. *In*: PASSEGGI, Maria da Conceição; SILVA, Vivian Batista da (org.). **Invenções de vida, compreensão de itinerários e alternativas de formação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 103-130.

SANTOS, Emilene Coco dos; OLIVEIRA, Ivone Martins de. Trabalho pedagógico e autismo: desafios e possibilidades. **Revista FACEVV**, [s. l.], v. 10, p. 46-58, 2013. Disponível em: <http://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/TRABALHO-PEDAG%C3%93GICO-E-AUTISMO-DESAFIOS-E-POSSIBILIDADES.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VYGOTSKI, Lev Semiónovich. **Obras escogidas V: fundamentos de defectología**. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.

---

[1] Ao nos referirmos aos alunos com deficiência, incluímos os que têm transtorno do espectro do autismo, uma vez que, segundo a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a pessoa com esse transtorno “é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012, p. 1).

[2] A pesquisa de doutorado, em andamento, é desenvolvida pela primeira autora deste trabalho, sob orientação da segunda, com financiamento da Capes, e teve início após a aprovação do projeto por Comitê de Ética em Pesquisa.

[3] Os participantes da pesquisa são identificados neste trabalho com nomes fictícios, que foram escolhidos por eles mesmos.